



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CAM
Nº Único <u>644723</u>
Entrada/Saída nº <u>1</u> Data <u>8/11/2019</u>

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Mar

Senhor Deputado Pedro do Carmo

*Dilberto  
apudon  
19/11/12*

Assembleia da República, 08 de novembro de 2019

Assunto: **Audição da Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira e de outras entidades sobre a situação fiscal dos pescadores relacionada com Protocolos de venda de pescado sem passar pela Lota**

Portugal, sendo um dos maiores consumidores de peixe do mundo, apresenta um enorme desequilíbrio da balança comercial de produtos da pesca, superior a 1.080.000 milhões de euros.

Esta situação resulta das políticas de pescas impostas pela UE e aceites pelos diversos Governos, tendo-se assistido ao longo dos anos ao continuado desmantelamento deste sector produtivo.

As restrições ao exercício da atividade em resultado das regras de defeso são muito penalizantes, sendo também penalizantes as restrições impostas pelas condições dos portos cujas obras de dragagens de manutenção da navegabilidade tardam em ser executadas levando ao encerramento de barras por questões de segurança. A falta de apoios para a necessária renovação da frota, apoios que permitiriam exercer a atividade de forma mais segura e mais sustentável, é também outro dos fatores dissuasores da renovação e incentivo necessários para o desenvolvimento do sector.





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

A intermitência do exercício da atividade não acompanhada pelos adequados apoios no âmbito da salvaguarda de rendimentos, bem como a vigência de regimes de proteção social insuficientes e desadaptados à realidade do sector da pesca, promovem o abandono da atividade e dificultam a captação de novos efetivos que venham determinar novas dinâmicas.

Tendo presente esta realidade, foi com preocupação que o PCP tomou conhecimento da situação avançada pela comunicação social no que respeita à revisão por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira dos impostos cobrados sobre o pescado cuja venda é feita através de contratos de abastecimento elaborados de acordo com o estabelecido no artigo 8.º Decreto-Lei n.º 81/2005, o que levou à paragem de muitas embarcações de pesca artesanal entre Aveiro e Viana do Castelo.

Há relatos de pescadores a quem estão a ser exigidos pagamentos de centenas de milhar de euros, pondo em causa a continuidade da atividade.

Sendo inegável que o sector da pesca, nomeadamente da pesca local e costeira, é fundamental para a concretização do desígnio da defesa e incentivo à produção nacional, tal impõe que sejam esclarecidas as razões que motivaram a atuação da Autoridade Tributária que está na origem desta situação e se tomem medidas para travar a sua concretização, assegurando uma resolução a breve prazo destes problemas e condicionantes do sector.

Neste sentido vem o **Grupo Parlamentar do PCP** requerer a realização, com caráter de urgência, da **Audição** da Senhora Diretora-Geral da **Autoridade Tributária e Aduaneira**, da **DGRM** - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos e da Presidente da **DOCAPESCA** – PORTOS E LOTAS, SA, da **APROPESCA** - Organização de Produtores de Pesca Artesanal, da **ANAPA** - Associação do Norte dos Armadores da Pesca Artesanal, da **ANAPS** - Associação do Norte dos Armadores de Pesca da Sardinha, da





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

**APARA** - Associação de Pesca Artesanal da Região de Aveiro, da **ANOPCERCO** - Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca do Cerco, da **APPCE** - Associação dos Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende e da **Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca**.

Adicionalmente, e para preparação destas Audições, vem o Grupo Parlamentar do PCP requerer que sejam fornecidos pela DGRM a esta Comissão Parlamentar os Protocolos/Contratos de Abastecimento referidos.

O Deputado

João Dias

N/Ref. nº 59624-016/INPA-GPPCP/XIV-1



